

PRÉ-NATAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DA ASSISTÊNCIA ÀS GESTANTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Ana Cecilia Soares, Larissa Aparecida de Oliveira Freitas, Larissa Graciano Soares, Kátia Zeny Assumpção Pedroso, Priscila Bruna de Brito Bolsoni.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, larissafreitaslaof@gmail.com.

Resumo

Toda mulher deve ser acolhida e receber assistência pré-natal adequada, a fim de evitar complicações obstétricas. As gestantes privadas de liberdade encontram-se em situação de alta vulnerabilidade e requerem uma atenção maior, então este estudo teve como objetivo conhecer a realidade da assistência pré-natal à gestante no sistema carcerário. Trata-se de uma revisão integrativa sobre o cenário do pré-natal no sistema prisional, foram selecionados 17 artigos para análise. Destacaram-se como resultados o insuficiente número de consultas pré-natal, as dificuldades de acesso à rede externa de saúde para realização de exames, vacinas e consultas em serviços especializados, além disso, outro dado que prevalece é o distanciamento familiar e da rede de apoio que acomete as mulheres encarceradas. Os estudos analisados evidenciaram que a assistência às mulheres encarceradas tem sido inadequada, repleta de dificuldades e não assegura os direitos das gestantes.

Palavras-chave: Prisões. Gravidez. Mulheres. Enfermagem. Pré-natal.

Área do Conhecimento: Enfermagem.

Introdução

É fundamental que todas as mulheres grávidas recebam assistências pré-natal adequadas desde o início da gestação, incluindo exames, imunizações, orientações e consultas regulares. No entanto, as gestantes encarceradas são consideradas de alto risco devido às condições precárias dos presídios, o que impacta negativamente nos indicadores de saúde materna e neonatal. Assim é necessário garantir uma melhor assistência pré-natal para essa população (MORAES, *et al.* 2017).

Segundo Felix *et al.* (2017), os cuidados adequados durante a gravidez podem prevenir complicações obstétricas. Além disso, as mulheres grávidas devem receber os cuidados de que necessitam, independentemente do local de atendimento: em casa, em centro de saúde ou hospital. O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) tem como objetivo promover e reduzir os problemas de saúde dos reclusos, especialmente a saúde da mulher, na assistência ao pré-natal, parto, puerpério e consultas ginecológicas. Contudo, a realidade evidencia serviços precários, sem suporte e violentos (FERREIRA *et al.*, 2017).

Alguns dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) mostram que a população carcerária feminina cresceu 256%, abrigando 36.039 mulheres em situação carcerária em 2012. Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) revelam que o encarceramento feminino tem aumentado, sendo o Brasil 4º país com maior população carcerária do mundo. Em 2018, foram contabilizadas 36,4 mil mulheres e, em dezembro de 2019, houve um aumento para 37,2 mil mulheres (INFOPEN, 2019). Boa parte dos perfis encontrados é de mulheres jovens, mães solteiras, pouca escolaridade, baixo nível socioeconômico, desempregadas, possuem pouco acesso aos serviços de saúde, apresentam histórico de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), se envolveram com prostituição, e/ou drogas (sendo como usuária ou por tráfico). É notável a exclusão social em que as mesmas se encontravam antes da prisão (SOUZA, CABRAL E SALGUEIRO, 2018).

Gestantes privadas de liberdade enfrentam vulnerabilidade e necessitam de atenção especial, sendo este um tema relevante. Além do mais, estudos sobre a vida dessas mulheres na prisão ajudam os profissionais da saúde a proporcionar uma melhor assistência e contribuir para as práticas do

cuidado. Essas considerações aguçaram o desenvolvimento da pesquisa, a fim de entender a realidade do pré-natal no cárcere.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa sobre o cenário do pré-natal no sistema prisional. Utilizou-se como busca os descritores: prisões, gravidez, mulheres, enfermagem e pré-natal. A coleta de artigos ocorreu nos meses de maio a julho de 2024, nas bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library online*), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, além de relatórios oficiais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que mostram informações sobre mulheres encarceradas. Foi realizada a seleção dos artigos no período compreendido entre 2014 a 2024. A questão norteadora utilizada para a pesquisa foi: Qual é o cenário da assistência em saúde às mulheres grávidas privadas de liberdade? Para a busca de artigos os descritores utilizados foram: prisões, gravidez, mulheres, enfermagem e pré-natal. Como critérios de inclusão considerou-se: artigos publicados no período de 2014 a 2024, relativos ao tema, na língua portuguesa, artigos na íntegra, de acesso gratuito, que melhor respondessem à pergunta norteadora proposta. Já os critérios de exclusão foram: artigos que não compreendessem ao período estabelecido, publicados em outros idiomas e de acesso pago.

Resultados

A partir da leitura na íntegra foram encontrados 22 artigos, 17 selecionados, elaborou-se um quadro e um gráfico que detalham as principais informações sobre a assistência no pré-natal e parto das mulheres encarceradas. A distribuição dos artigos conforme a base de dados foi: SciELO: 9, LILACS: 2, BVS: 5 e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (Universidade de São Paulo): 1 artigo. A distribuição por ano de publicação dos artigos foi de 2015 a 2023.

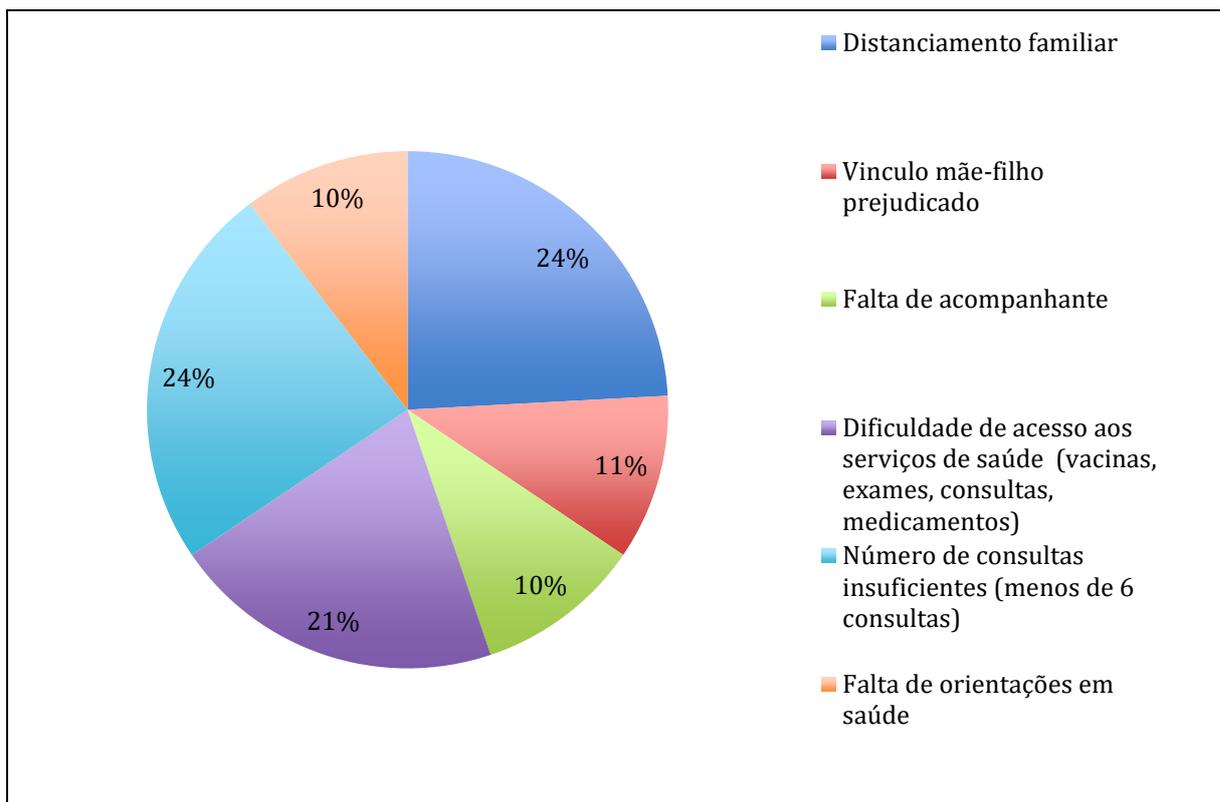
Quadro 1. Estudos desenvolvidos sobre a assistência prestada às mulheres encarceradas no pré-natal.

| Autores | País/ano de publicação | Tipo de estudo | Base de dados | Características do pré-natal e parto das mulheres encarceradas |
|--------------------------|------------------------|--|---------------|--|
| Chaves e Araújo | Brasil/2020 | Estudo qualitativo | SciELO | Distanciamento familiar, vínculo mãe-filho prejudicado, maus tratos durante parto, falta de acompanhante na hora do parto. |
| Dalenogare <i>et al.</i> | Brasil/2022 | Pesquisa exploratória e qualitativa | SciELO | Dificuldade de acesso às vacinas, exames e consultas. |
| Diuana, Correa e Ventura | Brasil/2017 | Estudo qualitativo | SciELO | Distanciamento da rede de apoio, vínculo mãe-filho prejudicado, dificuldade no acesso aos serviços de saúde. |
| Felix <i>et al</i> | Brasil/2017 | Revisão integrativa | BVS | Falta de orientações no pré-natal, distanciamento familiar. |
| Ferreira <i>et al</i> | Brasil/2017 | Estudo qualitativo descritivo e exploratório | SciELO | Falta de humanização no atendimento, consultas insuficientes, limitado suporte de saúde. |
| Fochi <i>et al.</i> | Brasil/2017 | Estudo qualitativo descritivo | BVS | Número de consultas insuficientes, alimentação inadequada, distanciamento familiar. |

| | | | | |
|----------------------------|-------------|-------------------------------------|---|--|
| França e Silva | Brasil/2015 | Revisão integrativa | BVS | Limitado suporte de saúde, aumento da morbimortalidade do binômio mãe e filho. |
| Leal <i>et al.</i> | Brasil/2016 | Estudo qualitativo | SciELO | Falta de acompanhante na hora do parto, distanciamento familiar, consultas de pré-natal insuficientes. |
| Lima <i>et al.</i> | Brasil/2023 | Pesquisa exploratória e qualitativa | LILACS | Distanciamento da rede de apoio, limitado suporte de saúde. |
| Matão <i>et al.</i> | Brasil/2016 | Estudo qualitativo descritivo | BVS | Distanciamento familiar, número de consultas insuficientes, escassez de profissionais da saúde. |
| Medeiros <i>et al.</i> | Brasil/2022 | Pesquisa exploratória e qualitativa | SciELO | Limitado suporte de saúde. |
| Moraes <i>et al.</i> | Brasil/2022 | Revisão bibliográfica integrativa | SciELO | Ausência de consulta com enfermeiro, número de consultas insuficientes, atraso na realização de exames. |
| Nunes, Deslandes e Jannoti | Brasil/2020 | Estudo qualitativo e narrativo | SciELO | Falta de atendimento de urgência, violência por parte dos profissionais. |
| Pereira | Brasil/2015 | Estudo qualitativo | Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP | Sofrimento precoce pela separação do filho, sentimento de vulnerabilidade. |
| Sales <i>et al.</i> | Brasil/2021 | Revisão bibliográfica integrativa | LILACS | Falta de acompanhante, número de consultas insuficientes, pré-natal de início tardio, falta de orientações de saúde. |
| Silva <i>et al.</i> | Brasil/2020 | Pesquisa exploratória e qualitativa | BVS | Negligência, maus tratos, dificuldade para obter tratamento farmacológico, distanciamento familiar. |
| Silva <i>et al.</i> | Brasil/2023 | Pesquisa exploratória e qualitativa | SciELO | Número de consultas insuficientes, ausência de preparo para o parto, falta de orientações de saúde. |

Fonte: As autoras (2024).

Gráfico 1. Características predominantes no pré-natal das mulheres encarceradas.



Fonte: As autoras (2024).

Discussão

A partir da leitura dos artigos, destacaram-se como as características predominantes no pré-natal das mulheres encarceradas: o distanciamento familiar (24% dos artigos), número de consultas de pré-natal insuficientes (24% dos artigos), dificuldade de acesso aos serviços de saúde referido em 21% dos estudos, em 11% foi citado o vínculo mãe-filho prejudicado, em 10% a falta de acompanhante no parto e pós-parto, e a falta de orientação em saúde em 10% dos artigos analisados.

Com relação ao distanciamento familiar, esse é um dos aspectos mais negativos na vida das mulheres presas. A violência do cárcere ultrapassa os limites da condenação e atinge a família e a vida posterior ao cárcere. O estudo de Fochi *et al.* (2017) sobre as prisões dos Estados Unidos da América, mostrou que o sistema carcerário influencia direta e indiretamente os problemas de saúde, física e mental das presas e leva a um declínio de dois anos na expectativa de vida, pela vivência em reclusão.

No estudo de Chaves e Araújo (2019) relatam que a falta de rede de apoio às mulheres em cárcere privado e o distanciamento da família está ligado diretamente ao vínculo prejudicado entre mãe-bebê. O afastamento familiar e as próprias condições relatadas sobre as condições de encarceramento mostram a vulnerabilidade dessas mulheres, reforçando o sofrimento e danos psicológicos (FRANÇA; SILVA, 2015). A Gestação deveria ser um momento de felicidade e expectativas boas na vida, conforme mostra o INFOPEN (2018), mas para as gestantes que estão em cárcere privado torna-se um momento de tristeza, horror, angustia, com tratamento hostil e desumano, com violação muitas vezes de direitos básicos e regulamentados em leis.

Segundo o estudo de Moraes *et al.* (2022) a falta ao acesso às consultas e resultados de exames, seja pela dificuldade na estrutura das unidades carcerárias, seja pela negação do próprio sistema em suprir as necessidades das gestantes, impactam negativamente na assistência. As gestantes encarceradas recebem orientações inadequadas que as prejudicam por todo o pré-natal, inclusive no parto, onde são submetidas a diversas violências e desigualdades nos atendimentos (SILVA *et al.*, 2020; FERREIRA *et al.* 2017). O estudo de Dalenogare *et al.*(2020) refere que mesmo em unidade especializada em pré-natal, que tem como finalidade acolher e prestar assistência às gestantes e puérperas com seus filhos, essas mulheres tiveram privação ao serviço de saúde ofertado.

O exercício da maternidade na prisão está tensionado pela ordem penal devido uma condição infratora, mas a necessidade do cuidar de forma humanizada independe deste fator (DIUANA, CORREA e VENTURA, 2020). Infelizmente, Ferreira *et al.* (2017) demonstram que a realidade é marcada por um atendimento insuficiente em relação a humanização, principalmente devido as consultas mecanizadas realizadas pelos profissionais da saúde, o que gera uma sensação de desamparo às gestantes encarceradas.

Com o aumento da população prisional feminina, a assistência à saúde que já está deficiente piora com a estrutura inadequada, as gestantes ficam mais suscetíveis às doenças, tendo assim um risco ainda maior para sua vida, bem como para o seu filho (INFOPEN, 2019). Outro dado importante que o INFOPEN traz, é que o sistema carcerário tem planta física para os homens, o ambiente carcerário não é favorável para abrigar mulheres e seus filhos, as cadeias não possuem berçários, nem mesmo as celas onde dormem as presidiárias são adequadas para receber os bebês recém-nascidos.

Conclusão

A assistência às mulheres grávidas encarceradas é inadequada e não garante seus direitos. É preciso melhorar o pré-natal, a assistência no parto e pós-parto, bem como a estrutura das prisões femininas. Falta preparo e estrutura adaptada para atender às necessidades dessas gestantes, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que reduzam os danos para a mãe e bebê.

Referências

- BRASIL. DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres no ano de 2019. Brasília: **DEPEN**, 2019. Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 17 agosto 2024.
- BRASIL. DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade no ano de 2018. Brasília: **DEPEN**, 2018. Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 17 agosto 2024.
- CHAVES, H. L.; ARAUJO, I.C.A. Gestação e maternidade em cárcere – cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. **Physis revista de saúde coletiva**. vol.30, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>. Acesso em: 30 agosto 2024.
- DALENOGARE *et al.* Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão. **Ciência & saúde coletiva**, vol. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/v9Tp6ZmcN3ktQWCQz3n4nYt/>. Acesso em: 30 agosto 2024.
- DIUANA, V.; CORREA, M. C. D. V.; e VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras – tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis revista de saúde coletiva**, vol. 2, p. 727, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Fv4tBshHJ3Dx8gRwM6yqrrs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 agosto 2024.
- FELIX, R. S *et al.* O enfermeiro na atenção pré-natal as mulheres em sistema carcerário. **Revista de enfermagem UFPE online, Recife**, p. 3936, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1031899>. Acesso em: 30 agosto 2024.
- FERREIRA, L. S. *et al.* Percepção de presidiárias sobre a assistência a saúde materna em uma penitenciária feminina. **Revista cubana de enfermagem**, vol. 33, p. 776, 2017. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0864-03192017000400011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 agosto 2024.

FOCHI, M. C. S. *et al.* Vivências de gestantes em situação de prisão. **Revista eletrônica de enfermagem**, p. 19, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-913080>. Acesso em: 30 agosto 2024.

FRANÇA, A. M. B e SILVA, J. M.O. Maternidade em situação de prisão. **Revista baiana de enfermagem**., Salvador, vol.29, n.4, p.411-420,2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/14026>. Acesso em: 30 agosto 2024.

LEAL, M. C. *et al.* Nascer na prisão – gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, vol. 21, p.2061, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PpqmzBJWf5KMTfzT37nt5Bk>. Acesso em: 30 agosto 2024.

LIMA, H. N. *et al.* Mães em cárcere – percepções sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade. **Revista de enfermagem do centro-oeste mineiro**, vol. 13, p.4802, 2023. Disponível em: <http://periodicos.ufsj.edu.br/recom/article/view/4802>. Acesso em: 30 agosto 2024.

MATÃO, *et al.* Maternidade atrás das grades – particularidades do binômio mãe e filho. **Revista de enfermagem do centro-oeste mineiro**, vol. 6, p. 223, maio, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/984>. Acesso em: 30 agosto 2024.

MEDEIROS, A. B. *et al.* Representações sociais da maternidade para mulheres em privação de liberdade no sistema prisional feminino. **Ciência & saúde coletiva**, vol. 27, p.4541, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mM7SBfhtb3wCS4FZPNzFbwj/>. Acesso em: 30 agosto 2024.

MORAES, L. F *et al.* Maternidade no cárcere – influência na saúde física e emocional. **Revista brasileira de saúde materno-infantil**. Recife, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/ftxD6FkbyjHgbTNLYGfftJt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 agosto 2024.

NUNES L. R.C, DESLANDES, S. F e JANNOTTI, C. B. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão – a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. **Caderno de saúde pública**, vol. 36, p.12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WwCRZxZCnjmxJnBd7Jr5Gyq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 agosto 2024.

PEREIRA T. G. **Atitudes e intervenções de profissionais que atuam junto a mulheres grávidas ou com bebês em contexto prisional**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002705682>. Acesso em: 30 agosto 2024.

SALES, A. C. *et al.* Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade – revisão integrativa. **Revista baiana de enfermagem**, p.3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36114>. Acesso em: 30 agosto 2024.

SILVA, A. B. *et al.* O gestar em prisões por traficantes de drogas. **Revista uruguaia de enfermagem**, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1452093>. Acesso em: 30 agosto 2024.

SILVA, J. B. *et al.* Mulheres em privação de liberdade – narrativas de des(assistência) obstétrica. **Revista mineira de enfermagem**, v. 24, p.1346, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1149509>. Acesso em: 30 agosto 2024.